



Proc. Administrativo 65- 13.358/2024

De: Gabrielly F. - SS - SSPGES

Para: SELICON - SSLICOM - NAGCON - Núcleo de Agentes de Contratação - Josi

Data: 26/03/2026 às 17:03:01

Setores envolvidos:

PGM - GAB, SS, SS - SEAS, SS - SSAS, SS - SSAES - DSMCA, SS - SSAS - DSB, SS - SSAS - DESM, SS - SSAS - DCE, SS - SSAS - SSPIC, SS - SSAS - DAIS, SS - SSVS, SS - SSVS - DVISA, SS - SSVS - DVEA, SS - SSVS - DDST, SS - SSAES, SS - SSAES - DRA - SACLI, SS - SSAES - DGCIS, SS - SSAES - DID, SS - SSAES - DURL, SS - HPS - DG, SS - SSPGES - DPIS - SGIS, SS - SSPGES, [EXTINTA] STDA - SSLICOM, [EXTINTA] STDA - SSLICOM - DCLI, STDA - SSLICOM - DEPCON - SM, SELICON - SSLICOM - NAGCON, SELICON - SSLICOM - DCLI - SRPPA, SF - DEIN - SAPCACOL, PGM - DEPLIC - PJ, SELICON - SSLICOM - DCLI - SP, [EXTINTA], SS - SSPGES - DPCC, SS - SSPGES - DPCC - SPCAC, SS - SSPGES - DPCC - SGCA, SS - SSPGES - DAFI, SS - SSPGES - DAFI - SPCM, SS - SSPGES - DGDE, PGM - DEPLIC, PGM - PROC, SS - HPS - CFR, SS - SSPGES - DAFI - SGTFC, SS - SSPGES - DAFI - EA, SS - HPS - DEA, SS - SSAES - DURL - CF, SS - SSAS - DEAAS - SALMA - ABS, RICMS, SELICON - SSLICOM - DCLI - SP - EDITAIS, SELICON - SSLICOM - NAGCON - SGAC, SELICON - SSLICOM, SELICON - SSLICOM - DCLI, SELICON - SSLICOM - DEPCON, SS - SSAS - DAIS - SEAAPS, SELICON - SSLICOM - DEPCON - SANME, SS - SSPGES - DPCC - SGPP, SS - SSPGES - DPCC - ASSESSORIA, SS - SSPGES - DGDE - SADESP

Pregão Eletrônico nº 140/2024. Cont. de Gestão de Serviço de Operação Logística de Mat. de Saúde, armazenagem, gestão de estoques, separação, embalagem, expedição, dispensação medicamentos, imunobiológicos, correlatos, insumos e médico-hospitalares. SS

Prezada,

Em retorno ao Pedido de Esclarecimentos protocolado pela empresa ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA LTDA - CNPJ sob o nº 09.182.725/0001-12, seguem os devidos apontamentos:

Pergunta:

1) Da prova de conceito: De acordo com o item 7.9.9 do edital a fase de apresentação das funcionalidades e características do sistema, após a fase de lances é condição para homologação do processo e dessa forma é critério para aceitação da proposta, no entanto, gostaríamos de entender se a fase de habilitação e a apresentação da documentação será logo após a fase de lances ou somente após o aceite do sistema pela Prova de Conceito?

Resposta:

Conforme tópico 10.7 do Anexo A - Termo de Referência ao Edital, *“a fase de apresentação do sistema, após a etapa de lances, demonstrando as funcionalidades especificadas, deverá ser uma condição para a homologação do certame”*.

Dessa forma, após a etapa de lances, a licitante provisoriamente vencedora deverá apresentar sua proposta e documentação habilitatória, nos termos do Item 9 - CRITÉRIOS PARA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência.

Após análise e validação dessa etapa da habilitação técnica, será realizado o agendamento para apresentação do sistema, nos termos do Item 10 - FORMA DE DEMONSTRAÇÃO E ACEITE DO SISTEMA.

Atendidos todos os requisitos referentes à etapa de lances, apresentação da proposta e documentação, bem como demonstração do sistema, o licitante estará apto à homologação.

Pergunta:

Ainda sobre a prova conceito, importante destacar que foi solicitado no item 7.9.6.1 o atendimento de 100% dos mais de 230 itens de funcionalidade descritos no anexo X. No entanto, tal exigência não poderia configurar cláusula restritiva a participação com possível direcionamento ao software da empresa que atualmente é detentora da contratação? Para exemplificar o questionamento, houve a pouco tempo a publicação do edital de pregão eletrônico 065/2025 cujo objeto era uma operação logística para o DLOG deste município, no qual foi requerido no item 7.9.1 o atendimento de no mínimo 85% dos requisitos de funcionalidade. Qual a justificativa, então, para o requerimento de 100% de atendimento aos requisitos neste edital?

Resposta:

Conforme tópico 10.4.2 do Anexo A - Termo de Referência ao Edital, a licitante em avaliação será desclassificada *“se o sistema apresentado não atender 100% (cem por cento) das especificações dos itens marcados como **demonstráveis**, conforme tabela no Anexo X - Classificação de Funcionalidades do Sistema”*.

Neste aspecto, o Termo de Referência define os requisitos de funcionalidades do sistema por meio do tópico 3.5.13.2, contemplando, além das funcionalidades demonstráveis, as funcionalidades obrigatórias e desejáveis, como se segue:

3.5.13.2 Requisitos de funcionalidades

As funcionalidades, conforme a tabela no Anexo X - Classificação de Funcionalidades do Sistema, foram classificadas em três tipos:

- I. Funcionalidades Demonstráveis: Aquelas que deverão ser apresentadas e avaliadas na demonstração do sistema, conforme o Item 10 Forma de Demonstração e Aceite do Sistema.
- II. Funcionalidades Obrigatórias: aquelas que, não sendo exigidas na demonstração do sistema, deverão obrigatoriamente ser desenvolvidas pela CONTRATADA, sob supervisão da Secretaria de Saúde, e disponibilizadas em um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após o término dos serviços de prestação inicial, podendo este prazo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.
- III. Funcionalidades Desejáveis: aquelas que a CONTRATANTE desejaria, idealmente, ter disponíveis, mas não exigirá.

Além disso, o TR estabelece um prazo de até 90 (dias) corridos, a partir da emissão da ordem de serviços pela Prefeitura de Juiz de Fora, para o fornecimento, instalação, migrações, configurações, treinamentos e testes do sistema, de acordo com o tópico 3.5.7 (Item II).

Pelo exposto, não há exigência de atendimento imediato a 100% das funcionalidades constantes no Anexo X, mas sim de exibição daquelas indicadas como “Funcionalidades Demonstráveis”, sendo essenciais tecnicamente à execução do objeto, uma vez que o sistema é parte primordial da operação logística contratada.

Assim, as demais funcionalidades podem ser apresentadas em momento posterior segundo os critérios estabelecidos em Edital e seus anexos.

Pergunta:

(...) para o correto cálculo de composição de custos, questiona-se qual o valor do estoque em posse da atual gestora do CIAD a ser considerado para emissão dos referidos seguros?

Resposta:

Em atenção ao questionamento apresentado, esclarece-se que o valor atualmente estimado de estoque sob guarda da atual gestora do CIAD, na ordem aproximada de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), refere-se à capacidade operacional vinculada à estrutura atualmente utilizada, cujo galpão possui cerca de 1.400 m² de área.

Entretanto, conforme previsto no edital, a futura execução contratual ocorrerá em estrutura de maior porte, o que implicará aumento proporcional da capacidade de armazenagem e, consequentemente, do volume de medicamentos e insumos sob responsabilidade da contratada.

Dessa forma, o valor atualmente observado não deve ser considerado como limite máximo ou referência definitiva para dimensionamento das apólices de seguro exigidas, devendo ser considerado apenas como parâmetro da operação vigente.

Para fins de composição de custos a longo prazo e atendimento às exigências do edital, valor correspondente ao seguro de armazenagem poderá ser estruturado com base no valor máximo estimado de estoque projetado para a nova estrutura operacional, considerando:

- ampliação da área física de armazenagem;
- aumento da capacidade logística do centro de distribuição;
- variações sazonais e estratégicas de abastecimento da rede pública de saúde;
- bens disponibilizados pela contratante;
- bens próprios da contratada utilizados na execução dos serviços.

Pergunta:

Das autorizações solicitadas: Na página 30 do edital, é solicitado critérios para apresentação das autorizações referentes a matriz e as filiais, sendo:

f) As autorizações dos itens X a XII acima, deverão ser relativas à matriz e as autorizações XIII e XIV relativas à filial.

No entanto, essa exigência está em discordância com o edital pois os referidos tópicos (X a XII e depois XIII e XIV) não se referem a exigência de critérios de autorizações, portanto, solicito esclarecimento de quais autorizações de fato deverão ser apresentadas em relação a matriz e quais deverão ser referente as filiais?

Resposta:

Verificamos um erro material na escrita do item apresentado, devendo ser adotada a seguinte redação:

f) As autorizações dos itens A a C acima, deverão ser relativas à matriz da licitante e as autorizações D e E relativas à filial.

Pergunta:

Do Centro de distribuição: Para a gestão e operação de logística integrada do centro de distribuição a ser disponibilizado pela contratada, está previsto no escopo do serviço, a separação de uma área para unitarização de itens. Já no Anexo V – Relação de bens disponibilizados pela contratante, consta a existência de uma máquina de unitarização em bom

estado de conservação. Tendo em vista o alto custo para aquisição dessa máquina e que em caso de ser necessário incluí-la na proposta de preços, elevará o custo de implantação, questionamos qual o quantitativo previsto de itens fracionados por mês? A máquina já existente conseguirá suprir a demanda ou será necessário a incorporação de mais máquinas e nesse caso qual a quantidade?

Resposta:

Atualmente, consta entre os bens disponibilizados pela contratante uma máquina de fracionamento e unitarização de medicamentos modelo OPUS 30E – Opus Pac, marca Schneider Electric, que conforme manual do fabricante, possui capacidade de unitarização de até 2.600 unidades por hora em modo automático ou semiautomático, a qual se encontra em bom estado de conservação e em operação.

No cenário atual, o equipamento tem se mostrado suficiente para atender à demanda existente de unitarização.

Contudo, por se tratar de equipamento já utilizado e integrante do patrimônio existente, não há garantia de seu pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.

Destaca-se, ainda, que:

- A manutenção preventiva e corretiva do equipamento será de responsabilidade da contratada enquanto estiver sob sua utilização;
- Em caso de indisponibilidade definitiva, caberá à contratada providenciar a substituição ou disponibilização de equipamentos adicionais, sem ônus para a Administração;
- Compete à licitante dimensionar sua capacidade operacional para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços.

Pergunta:

(...) o prazo para a mobilização da mudança de estrutura e dos itens armazenados está compreendido dentro do serviço de prestação inicial (1 a 3 meses)? A previsão de orçamento para essa desmobilização está prevista na proposta na parte de infraestrutura. Disponibilização inicial e manutenção de toda a infraestrutura necessária (instalações, equipamentos e materiais) para a prestação do serviço? Todo o estoque do DGDE será mobilizado para o novo endereço? Neste caso, qual será a atuação da empresa nessa unidade, conforme a previsão em edital?

Resposta:

Em relação a este questionamento, é importante destacar o tópico 5 – PLANEJAMENTO DO SERVIÇO, apresentado no Anexo A - Termo de Referência ao Edital, que estabelece a necessidade de elaboração do Projeto Executivo pela contratada:

5.1.10.4 Durante a implantação, a CONTRATADA deverá realizar um inventário de entrada, em conjunto com o inventário de saída a ser realizado pela empresa que atualmente presta o serviço de gestão logística para a Secretaria de Saúde, sendo estes procedimentos supervisionados pelos servidores designados pela SS.

5.1.10.5 O prazo limite será de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato e início da implantação, para regularização do estoque pela CONTRATADA visando a liberação para início dos pedidos de dispensação a serem realizados pelas unidades da CONTRATANTE.

Além disso, nos termos do tópico 13.2, os Serviços de Prestação Inicial compreendem toda a infraestrutura, transporte, sistema, serviços e recursos humanos, bem como insumos, necessários, no prazo de até 3 meses, para pleno funcionamento do serviço.

Assim sendo, a conclusão de toda a mobilização deve estar compreendida no período inicial de 3

meses, assim como seu orçamento, dentro de cada identificador específico na proposta. Contudo, frisa-se que, no prazo máximo de 30 (trinta), o estoque deve estar apto a liberação dos pedidos de dispensação, de forma que as unidades de saúde não fiquem desabastecidas.

No que diz respeito ao DGDE, a empresa contratada será responsável pela transferência dos itens atualmente estocados no DGDE para integralização no novo Centro de Distribuição, nos termos do tópico 3.1.1 (Item II) do Anexo A - Termo de Referência ao Edital.

Deverá ser implantada uma farmácia na unidade, conforme já existente e segundo os critérios definidos no tópico 3.1.3 - Farmácia do Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE), a fim de realizar a gestão e operação de logística integrada, logística reversa e dispensação na farmácia de 8 h às 18h, de segunda a sexta-feira, segundo estabelecido no tópico 4.1.14.4. Ademais, as entregas deverão ter periodicidade semanal, alinhado ao item (c) do tópico 4.1.10. Demais aspectos sobre materiais, equipamentos e pessoal podem ser verificados nos Anexos do Edital.

Pergunta:

Em todas essas unidades há a previsão de unitarização de itens nos Almoxarifados, bem como da disponibilização de materiais para unitarização como parte do escopo da contratação. Há máquinas unitarizadoras disponíveis nesses locais atualmente? Qual a demanda de unitarização diária ou mensal para o correto dimensionamento da proposta?

(...) Dessa forma é necessário entender, em quais locais haverá o serviço de unitarização, sendo apenas no CD da contratada, ou ainda também nos Almoxarifados do HPS, do DURL e do DID? Será necessário a aquisição de equipamento de unitarização para essas unidades? Será necessário a construção de uma sala sanitizada nesses locais para essa operação?

Resposta:

Conforme o item 4.1.6 do edital, o processo de fracionamento e unitarização de medicamentos será realizado no Centro de Distribuição da contratada, seguindo a legislação sanitária vigente, visando atender as demandas das unidades assistenciais.

Pergunta:

Da solicitação de mobiliário solicitada para as farmácias e os almoxarifados, não há infraestrutura existente no local atualmente que poderá ser utilizada?

Resposta:

Conforme previsto no Edital e em seus anexos, existe infraestrutura no local, porém é responsabilidade da contratada a disponibilização e manutenção de toda a infraestrutura, equipamentos, mobiliário, insumos e recursos necessários para a execução dos serviços, incluindo aqueles destinados às farmácias e almoxarifados das unidades sob sua gestão.

Eventuais itens existentes, inclusive aqueles relacionados no Anexo V, poderão ser utilizados, desde que atendam às condições operacionais e sanitárias exigidas, não havendo garantia de suficiência para o atendimento integral das atividades previstas.

Assim, compete à contratada realizar o adequado dimensionamento e a complementação da infraestrutura necessária, garantindo o pleno funcionamento dos serviços.

Pergunta:

Do serviço de prestação inicial que compreende o prazo de 1 a 3 meses: Dentro do limite estabelecido para o prazo de 3 meses da prestação inicial qual o prazo mínimo para:

1. a) Mobilização de todo o estoque?
2. b) Prestação de serviço técnico e operacional?
3. c) Disponibilização de estrutura de transporte?

4. d) Início das operações nas unidades de saúde?

Resposta:

Conforme esclarecido em tópico anterior, o que se exige é que toda a estrutura operacional esteja implantada dentro do prazo máximo da prestação inicial (até 3 meses), conforme planejamento apresentado pela contratada e validado pela Administração, garantindo a implementação progressiva e completa da operação logística.

Contudo, frisa-se que, no prazo máximo de 30 (trinta), o estoque deve estar apto a liberação dos pedidos de dispensação, de forma que as unidades de saúde não fiquem desabastecidas.

Pergunta:

Considerando o escopo contratual descrito no edital, é obrigatória a apresentação de AFE específica para atividade de distribuição, ainda que a atuação da contratada se limite à gestão logística, com execução de atividades de armazenagem, expedição e transporte?

Resposta:

Sim, é obrigatória a apresentação de AFE que contemple a atividade de distribuição, conforme exigido no Edital, uma vez que o objeto contratual envolve atividades da cadeia logística sanitária de medicamentos e produtos sujeitos à vigilância sanitária e às normas aplicáveis.

A Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014.

A AFE é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

De acordo com o Art. 5º dessa RCD, não é exigida AFE apenas dos seguintes estabelecimentos ou empresas:

- I - que exercem o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo;
- II - filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE;
- III – que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes;
- IV - que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação, de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, que são destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes; e
- V – que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde.

Pergunta:

Serão aceitas AFEs compatíveis com as atividades efetivamente desempenhadas, especialmente aquelas que contemplem armazenagem, expedição e transporte, ainda que não incluam expressamente a atividade de distribuição?

Resposta:

Deverão ser apresentadas todas as Autorizações de Funcionamento da Empresa (AFEs) nos termos expressamente indicados no Edital.

Pergunta:

Quanto à exigência de Autorização Especial (AE), considerando que o objeto envolve atividades logísticas, a exigência será aplicada indistintamente ou apenas nos casos em que houver efetiva manipulação operacional de medicamentos sujeitos à Portaria nº 344/98?

Resposta:

A Autorização Especial de Empresa (AE) é o ato de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que permite o exercício de atividades que envolvam insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, (...) mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos constantes da RDC nº 16 / 2014.

Assim sendo, deverá ser apresentada a respectiva AE, em conformidade com a Portaria nº 344/1998 e com o estabelecido em Edital.

Pergunta:

Considerando os princípios da razoabilidade, competitividade e vinculação ao objeto, é correto entender que as exigências de AFE deverão observar a aderência às atividades efetivamente previstas no contrato, evitando a imposição de requisitos típicos de agentes distribuidores quando o objeto é de natureza logística?

Resposta:

As exigências estabelecidas em Edital estão em conformidade com o objeto a ser licitado, assim como a legislação aplicável.

A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Também, de cada estabelecimento que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte com produtos para saúde.

Pergunta:

Solicita-se o esclarecimento quanto ao enquadramento regulatório adotado pela Administração para o conceito de “distribuição”, especialmente se este será interpretado como sinônimo de expedição ou como atividade regulada distinta, nos termos da legislação sanitária.

Resposta:

O objeto da presente licitação é a “Contratação de empresa especializada em serviços de gestão e operação de logística integrada e logística reversa para prestação de serviços de armazenagem, gestão de estoques, separação, embalagem, expedição, distribuição e dispensação de medicamentos, imunobiológicos, correlatos, insumos, materiais medicohospitalares, gêneros alimentícios e demais bens materiais definidos pela Secretaria de Saúde do Município de Juiz de Fora, incluindo disponibilização de toda a infraestrutura, insumos e recursos que se fizerem necessários, como estrutura de transporte, cessão de uso de software de gestão logística e prestação de serviço técnico e operacional especializado por meio de pessoal próprio.”

De acordo com as definições da RDC Nº 430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, que Dispõe sobre as

Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos:

XI - distribuição: conjunto de atividades relacionadas à movimentação de cargas que inclui o abastecimento, armazenamento e expedição de medicamentos, excluída a de fornecimento direto ao público;

(...)

XIII - expedição: conjunto de procedimentos relacionados ao embarque para fins de transporte de medicamentos;

Assim sendo, o conceito de expedição não se confunde com o de distribuição, sendo atividade regulada distinta, ainda que operacionalmente integrada às demais etapas logísticas previstas no objeto contratual, estando ambas contempladas no objeto dessa contratação.

—

Atenciosamente,

Gabrielly Ramalho Ferreira

Subsecretaria de Planejamento e Gestão em Saúde - SSPGES | SS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D73D-8E9A-7249-1EEB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCILENE CHAVES COSTA (CPF 852.XXX.XXX-34) em 27/03/2026 09:43:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GABRIELLY RAMALHO FERREIRA (CPF 123.XXX.XXX-60) em 27/03/2026 09:43:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ADRIANO MIRANDA DE SOUSA (CPF 806.XXX.XXX-10) em 27/03/2026 10:45:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



KARINA FABRI CAMPOS (CPF 046.XXX.XXX-60) em 27/03/2026 10:49:17 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/D73D-8E9A-7249-1EEB>